

Expansão do desemprego e criminalização da luta dos desempregados na Argentina

Lisandro Braga

Nossa proposta consiste em analisar as principais determinações que levaram à adoção do modelo neoliberal na Argentina, suas principais consequências para a classe trabalhadora, tal como o desemprego em massa, a emergência daquilo que Pierre Bourdieu (1998) denominou de “milagre social”, ou seja, de uma organização social composta – inicialmente - por desempregados, assim como a radicalidade de suas lutas e, como resposta das classes dominantes, a criminalização do protesto social.

A partir da década de 1980 a sociedade moderna passa a sofrer importantes transformações nas suas formas de valorização do capital (toyotismo), assim como nas suas formas de regularização das relações sociais garantidoras do mesmo. A principal forma regularizadora dessas relações consiste no Estado Neoliberal. Esse emerge com o objetivo de proporcionar melhores condições para a acumulação capitalista através da desregulamentação do mercado, do “afastamento” do Estado das obrigações sociais (saúde, educação, segurança, emprego etc.) e de sua transferência para a iniciativa privada via privatização dessas obrigações e de alguns setores estratégicos antes sob o controle estatal (energia, água, gás, petróleo, transportes coletivos, telefonia etc.).

Em suma, o Estado neoliberal chega para varrer os direitos trabalhistas, precarizar as condições de trabalho possibilitando contratos temporários, terceirização, subcontratação, aumento do desemprego, exploração do trabalho infantil, cortes drásticos nas políticas sociais, aumento da insegurança social com a expansão da criminalidade e da repressão pelo “Estado Penal” e um amplo processo de empobrecimento em escala global via processo de lumpemproletarização¹. Por conseguinte, o Estado neoliberal cria as condições “legais” para a construção de um mundo de “exploração sem limites” (BOURDIEU, 1998), uma vez que substitui o Estado do Bem-Estar Social pelo Estado do Bem-Estar Corporativo (HARVEY, 2008).

Recém saída de uma ditadura militar, a Argentina se encontrava extremamente

¹ Denominamos de lumpemproletarização o processo de ampliação dos grupos sociais que compõe a totalidade do exército industrial de reserva, ou seja, os desempregados temporários, subempregados, sem-teto, mendigos etc.

endividada e presa a um modelo de governabilidade corporativo, autoritário e corrupto. A partir de 1992, com Carlos Menen no poder, inicia-se um período de neoliberalização da economia com vistas a obter auxílio dos Estados Unidos, assim como recuperar sua credibilidade perante a comunidade internacional. Para isso, Menen promoveu uma abertura comercial aos fluxos de capital externo, garantiu maior flexibilidade nos mercados de trabalho, reformou a legislação trabalhista, realizou uma ampla reforma tributária, privatizou empresas estatais, equiparou o peso ao dólar com o objetivo de combater a inflação e garantir segurança aos investimentos estrangeiros.

Uma das principais consequências da neoliberalização da economia argentina, sem sombra de dúvidas, foi a geração de milhares de postos de trabalho precarizados, subempregos, empregos temporários e milhões de desempregados (intensa lumpemproletarização). O índice de desemprego que na década de 1980 variava entre 4 e 6%, nos primeiros anos da década de 1990 chegou a 18,4%. Apesar da singela recuperação no final dessa década, tais índices voltam a crescer de forma assustadora a partir de 2001: dependendo da região, o índice de desemprego chegou a atingir a cifra de 50% da população economicamente ativa².

A intensidade com que a pobreza foi atingindo amplos setores da classe trabalhadora foi proporcionalmente acompanhada pela intensidade das tensões sociais derivadas de tal pobreza, pois para amplos setores da classe operária argentina, o processo de privatização representou o fim de uma estabilidade no emprego e o início de um caminho, muitas vezes sem volta, ao desemprego e à vida lumpemproletária. A partir daí a história argentina conheceria uma nova modalidade de protestos sociais e um novo sujeito histórico: o movimento piqueteiro.

A emergência do movimento piqueteiro está diretamente relacionada com o amplo processo de privatização neoliberal, principalmente com a privatização da empresa estatal petrolífera YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales), localizada nas províncias patagônicas de Neuquén, especificamente em Cutral-có e Plaza Huinul, nos anos de 1996 e 1997. Logo após a privatização dessa empresa milhares de trabalhadores foram demitidos. No primeiro momento buscaram sobreviver como autônomos, prestando pequenos serviços para a petrolífera, no entanto essas tentativas resultaram em verdadeiros fracassos e esses ex-trabalhadores passaram a se encontrar isolados

² Sobre as consequências sociais do neoliberalismo na Argentina Cf. (SVAMPA, Maristella. *La sociedad excluyente – La argentina bajo el signo del neoliberalismo*. Buenos Aires: Taurus, 2010).

frente á frente com o desemprego aberto e sem nenhuma possibilidade de sustentarem a si mesmo e os seus familiares. Foi a partir daí que em junho de 1997 um grupo de desempregados convocam seus familiares, vizinhos e vários outros setores sociais locais para bloquear a estrada nacional 22, “artéria chave na economia da região” (VITULLO, 2008). Daí em diante várias outras regiões afetadas pelos ajustes neoliberais conheceram manifestações de desempregados e de diversos grupos de trabalhadores que passaram a adotar a estratégia dos piquetes e cortes de estradas como forma principal de protestos que se espalharam por diversas regiões da Argentina: General Mosconi e Tartagal (Salta), Libertador General San Martín (Jujuy), Cruz Del Eje (Córdoba), Capitan Bermúdez (Santa Fe), Buenos Aires e Conurbano Bonaerense³ e outras regiões mais.

É possível percebermos, a partir da década de 1990, um ciclo ascendente de lutas sociais e de enfrentamento popular com as forças policiais que tomará conta da cena política e social argentina até aproximadamente o ano de 2003, período em que as lutas sociais iniciam seu refluxo. Em diversos períodos a tensão social adquire elevado grau de radicalidade e, conseqüentemente, a repressão do “Estado penal” (WACQUANT, 2001) tendeu a ampliar-se a ponto de iniciar um verdadeiro processo de criminalização do protesto social.

É no ano de 2000 que a prática piqueteira atinge o Conurbano Bonaerense, alcançando um caráter nacional e permanente, deixando de ser um fenômeno localizado e fragmentado e tornando-se uma prática de resistência aos ditames neoliberais com caráter nacional. Em resposta ao empobrecimento generalizado de diversas regiões do conurbano, a prática dos piquetes e cortes de ruas/estradas se generalizam e se prolongam por semanas em vários municípios em volta de Buenos Aires. Com isso o governo De La Rúa se vê obrigado a reconhecer esse movimento e iniciar negociações que apontem para a solução do desemprego em massa. Concomitante a esses cortes de ruas locais, se espalham, no mesmo período, cortes de estradas por todo o país. A repressão se intensifica e a violência popular cresce assustadoramente após o assassinato de alguns militantes piqueteiros (o assassinato de Aníbal Verón e Darío Santillán são casos exemplares). De acordo com Vitullo,

Segundo um estudo realizado pela consultora *Centro de Estudios Nueva Mayoría* (2004a) divulgado pelo Jornal *La Nación*, os cortes de estradas realizados em todo o território nacional foram 140 em 1997, 51 em 1998, 252 em 1999, 514 em 2000, 1383 em 2001 e 2336 em 2002 (o que representa

³ Área metropolitana de Buenos Aires formada por aproximadamente 24 municípios.

Diante da impossibilidade de combater eficazmente o desemprego crescente sem comprometer o processo de acumulação capitalista, o governo argentino optou por criminalizar os protestos sociais: a) a partir dos meios de comunicação apresentando os manifestos por direitos sociais como delitos contra a ordem e os manifestantes como delinquentes, assim como ocultando as motivações populares e apresentando apenas os episódios de violência popular, com isso gerando o medo e fragmentando a sociedade; b) com a ação repressiva do Estado que tende a tornar a questão social em questão penal; c) com a prática crescente do “gatilho fácil” que consiste no assassinato constante de jovens manifestantes em ação por parte da polícia; d) Julgamento e condenação de milhares de manifestantes envolvidos em ondas de protestos sociais sem grandes provas que os levassem a penas tão duras etc⁴.

Constatamos que a sociedade neoliberal é marcada por contradições crescentes, pois se de um lado é necessário, para manter a acumulação capitalista, realizar cortes drásticos em políticas sociais, corroer os direitos trabalhistas, precarizar e intensificar as relações de trabalho, promover o desemprego generalizado para alimentar o exército industrial de reserva e seu papel na manutenção de baixos salários e etc., por outro lado ela se vê obrigada a intensificar a repressão, pois, em consequência de tais práticas, cresce a violência contra a propriedade privada, os protestos sociais se radicalizam e a criminalidade se generaliza. No entanto, o “Estado Penal” não pode ser mantido às custas da não redução da dívida pública e da poupança de recursos e por isso tal Estado opta por ampliar o aparato repressivo e criminalizar os pobres e seus movimentos de protesto social ao invés de combater os mecanismos geradores da pobreza. É exatamente isso que vem ocorrendo no mundo e na Argentina.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos – táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

HARVEY, David. *O neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo: Edições

⁴ Sobre a construção e fortalecimento do Estado Penal argentino Cf. (KOROL, Claudia & LONGO, Roxana. *Criminalización de los movimientos sociales en Argentina – Informe General*. IN: KOROL, Claudia (org.). *Criminalización de la pobreza y de La protesta social*. Buenos Aires: El colectivo/America libre, 2009).

Loyola, 2005.

KOROL, Claudia & LONGO, Roxana. *Criminalización de los movimientos sociales en Argentina – Informe General*. IN: KOROL, Claudia (org.). *Criminalización de la pobreza y de La protesta social*. Buenos Aires: El colectivo/America libre, 2009.

SVAMPA, Maristella. *La sociedad excluyente – La argentina bajo el signo del neoliberalismo*. Buenos Aires: Taurus, 2010

VITULLO, Gabriel. *Teorias da democracia e democratização na Argentina contemporânea*. Porto Alegre: Editora sulina, 2008.

WACQUANT, Loic. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Lisandro Braga

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. E-mail: bragalisandro@yahoo.com.br